

RECIFE PERPENDICULAR

ALMEIDA, Fernando Antonio da Silva

Graduando de arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail:
fernandoalmeida@suvacadiprata.org

RESUMO

O objetivo deste artigo é discorrer sobre o processo de verticalização dos edifícios habitacionais pelo qual passa a cidade de Recife, atualmente. Nos últimos 50 anos a população recifense quase triplicou, ao passo que, por exemplo, o bairro de Boa Viagem aumentou a sua população em quase cinco vezes. O mesmo pode-se dizer do número de domicílios, o que denota, junto a outros bairros tradicionais da cidade, que há uma rede de bairros de interesse especulativo para o mercado imobiliário. As novas torres de apartamentos vão, rapidamente, alastrando-se pela cidade, repercutindo em novas vias de trânsito, no surgimento de novas centralidades urbanas, na gentrificação de parques e praças públicas. Constrói-se, pouco a pouco, uma cultura privada definidora de novos valores de consumo e imagem, estabelecendo novas barreiras sociais. Esta desmedida ocupação territorial maquinada pelas grandes construtoras e fomentada por estes novos grupos sociais causa, ao longo do tempo, danosas conseqüências ao meio ambiente, com sérias propensões à irreversibilidade.

ABSTRACT

The aim of this paper is the discussion about the dwelling's verticalization process that undergoes the city of Recife, Brazil, nowadays. In the last 50 years the population of this city increased almost three times, while, as an example, the district of Boa Viagem had its population increased in almost five times. The same can be said about the dwelling amount, a situation that, among other traditional districts around the city, denotes the existence of a net of districts under speculative interests for the housing market. The new dwelling towers go, rapidly, spread out through the city, having an direct influence upon the new transit ways, on the appearance of new urban centralities, on the gentrification of public spaces. It is built, slowly, a new private culture definer of new values of consumption and image, stablishing new social barriers. This immoderate land occupation machinated by big civil architecture enterprises and stimulated by these new social groups causes, through time, damaging consequences to the natural environment, with serious propensity to a reverseless situation.

1. REMINISCÊNCIAS

Lembro há uns quinze anos, quando costumava ir com os meus pais à nossa casa de campo todos os finais de semana. Na volta, à medida que avançávamos em direção à capital, emergia lentamente pelo horizonte da estrada o *sky-line* recifense. Sempre impressionado, eu dizia: “Civilização...”. Nem sabia ao certo o que significava essa palavra, mas sentia que, ao ver aquele monte de arranha-céus cinzentos que tomavam a paisagem, algo me induzia à idéia de ‘progresso’, de ‘evolução’.

Como sempre vivi num arrabalde de curiosas e persistentes características bucólicas – mascates com seus carrinhos de mão cheios de legumes, frutas ou panelas, carroças de tração animal ora transportando materiais da construção, ora levando crianças à escola, o vendedor de cuscuz que ia de porta em porta com seu particular apito – sempre me impressionavam os novos e formidáveis edifícios que iam-se erguendo pelo resto da cidade. Eram o novo símbolo de inovação, com elevadores e salões de festas, com mesas de jogos e *playgrounds*, com vista para muitos lugares e com estacionamento para muitos carros.

Era tudo muito sedutor, inclusive por contar com o apoio da proliferação integrada de propagandas em *outdoors*, jornais, canais de rádio e televisão, um verdadeiro bombardeio midiático diário sempre permeado por cenas de luxúria e requinte. Os bairros que abrigavam estes novos edifícios possuíam decerto alguma infra-estrutura melhorada, como largas avenidas em asfalto, grandes escolas, grandes centros comerciais, academias de ginástica (a grande ‘sensação’ dos anos 80) para além das básicas padarias e farmácias. Não faltavam boas escolas nos subúrbios (onde meus dois irmãos e eu estudamos), mas era curioso como havia uma procura elevada pelos grandes centros educacionais particulares ditos ‘tradicionais’ e de renome, representados por escolas maristas, salesianas, batistas e os novos modelos laicos de grande porte. Também não faltavam bons mercados públicos e feiras nos subúrbios, mas havia uma febre generalizada na classe média que a impelia a saciar seu consumo nos super-hiper-mercados e nas vedetes *shopping centers*.

2. AS TORRES DE BABEL

Quinze anos passaram-se e este fugaz processo misto de consumo e ocupação não cessou. Hoje afloram incansáveis na paisagem urbana verdadeiras hastes habitacionais, com seus mais de vinte pavimentos. Fincam-se inexpugnáveis sobre o solo esses esguios paralelepípedos de concreto armado, onde habitam (ou seria onde se esquivam?) os representantes das classes alta e média-alta da cidade do Recife. À medida que multiplicam-se e projetam-se verticalmente esses novos habitáculos, simultânea e proporcionalmente expandem-se pelo eixo horizontal os cada vez mais colossais hiper-mercados e os *shopping centers*, numa espécie de simbiose urbana.

Os números demonstram a evolução deste processo: a tabela abaixo compara o crescimento populacional dos bairros da Várzea, na zona oeste da cidade, e de Boa Viagem, na orla marítima, nos últimos 50 anos. Segundo o recenseamento de julho de 1950, o município de Recife tinha uma população de 534 468 habitantes; a população do bairro da Várzea representava 6,93% deste todo, enquanto a do bairro de Boa Viagem, 5,26%. Tendo a população do Recife, ao passar de 50 anos, aumentado em 244,14%, atingindo a marca de 1 304 864 habitantes, o bairro da Várzea não chegou sequer a dobrar a sua população residente, o que representaria 4,51% da população do município. Neste mesmo período, o número de residentes no bairro de Boa Viagem mais que triplicou, representando, hoje, 7,25% de toda a população do município. Enquanto na Várzea o número de domicílios cresceu quase duas e meia vezes, em Boa Viagem este crescimento foi de cinco vezes. Os gráficos 1 e 2 ilustram este crescimento.

Tabela 1

Bairro	Habitantes		Domicílios	
	1951*	2000**	1951*	2000**
Várzea	37 042	58 970	6 797	16 748
Boa Viagem	28 092	94 593	5 851	30 282
RECIFE	534 468	1 304 864	106 642	376 022

Fonte: * DEE, Boletim Estatístico 1951; ** IBGE, Censo Demográfico 2000

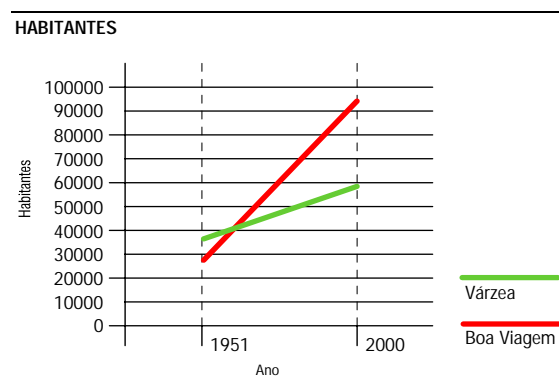


Gráfico 1 – Habitantes*

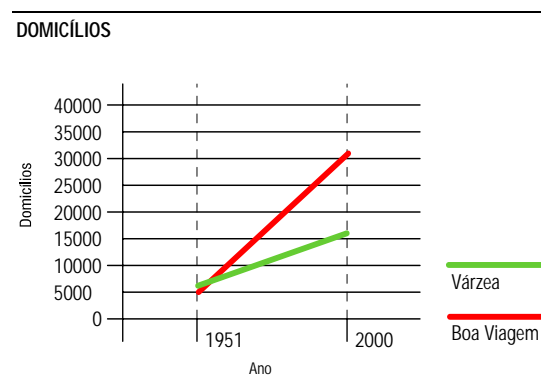


Gráfico 2 – Domicílios*

Fonte: * IBGE, Censo Demográfico 2000; DEE, Boletim Estatístico 1951

Daniel Kidder, em um de seus relatos sobre o Recife de 1840, divagara: " *Vista do mar, a cidade de Pernambuco oferece aspecto singular. O terreno onde se assenta é plano e muito pouco acima*

do nível do mar. As casas alvacentas, construídas na praia, parecem surgir do meio das ondas. Por outro lado, são tão altos esses prédios fronteiriços, que impedem uma visão extensa da cidade' (Maier e Silva, 1992). Recife transformou em símbolo de tradição e progresso, portanto, tudo o que é grande e alto: orgulha-se de cada torre de quarenta andares (residenciais, vale salientar) que brota em seu tecido (**figura 1**) e de um de seus *shopping centers* que hoje é 'o maior da América Latina'. Os empreendedores evocam o Recife do passado, com seus altos e magros sobrados, as torres do séc. XVIII, as igrejas, a Torre Malakoff como o edifício mais alto da cidade no séc. XIX. Não seria uma surpresa se algum dia o Super-Homem surgisse como a mascote de alguma construtora portando o *slogan*: "Para o alto, a avante!"



Figura 1 – A nova tipologia habitacional recifense para a classe média

Fonte: <http://www.mouradubeux.com.br>

Outro grande apelo estava no fato de que esses novos exemplares de habitação eram sempre locados em bairros urbanos que simbolizavam um elevado *status* social ou uma nova realidade geográfica (proximidade a rios, praia, parques) e muito bem 'equipados', próximos a escolas tradicionais, *hipermercados* e *shopping centers*, academias de ginástica.

A própria tipologia vertical carrega consigo símbolos da linguagem do poder e da dominação, como as 'altas' classes, a 'ascensão' social (Dovey, 1991). A tipologia de habitação térrea, ou mesmo até quatro pavimentos, foi pouco a pouco tornando-se a caricatura da paisagem de uma periferia falida, de um indistinto mundo raso. Raras as exceções, salvo quando algum magnata edifica a sua mansão térrea em alguma 'ilha social urbana', ou seja, em algum condomínio fechado, monitorado 24 horas por dia, onde a única verticalização é a dos muros que o isola do resto da cidade.

Aliás, em Recife (e em outras metrópoles brasileiras) parecia reinar o provérbio: "Dize-me a altura do teu muro, que te direi o quanto tens". Hoje, não apenas os condomínios fechados, mas muitas casas do subúrbio e da cidade, em todas as classes, rendem-se ao muramento de suas

fachadas (**figura 2**), num ato de 'legítima defesa' do patrimônio. Mais que o direito à privacidade, é o medo da publicidade, da exposição, da vulnerabilidade.



Figura 2 – Residência do bairro da Várzea em 1979 e 2004, respectivamente.

Fonte: fotos do autor

É esse mesmo medo a irresistível e obtusa máquina oculta que engrena o consumo da verticalidade, como se a imaculabilidade do patrimônio aumentasse à medida que os arranha-céus projetam-se pelas alturas (Ellin, 1997). Hoje, esses grandes edifícios não são mais que aqueles mesmos condomínios fechados, espiritualmente herméticos, que agora crescem como que por extrusão. Os seus muros altos são guardados por cabinas que monitoram saída e entrada, de veículos e pessoas, o dia inteiro, todos os dias. Aquela burguesia aristocrata que repletou Bolonha de torres durante o medievo parece ter reencarnado em Recife, com o mesmo medo público de sempre.

A orla marítima recifense (**figuras 3 e 5**), por onde se estende em sua grande parte o bairro de Boa Viagem, exibe, exuberante, seus grandes edifícios, uma verdadeira muralha litorânea de mais de 80 metros de altura. O Rio Capibaribe, por sua vez, funciona como outra vitrine para aqueles edifícios dos bairros mais centrais, como Graças, Afritos, Madalena, Torre (**figura 4**). Motivados pelo desejo comum do habitar próximo ao mar ou ao rio, tradicionais símbolos para os cidadãos recifenses, os empreendedores imobiliários tratam de adensar as margens aquíferas com zonas residenciais, e para tal lançam mão da tipologia edilícia vertical. Como uma das conseqüências, essa rede de torres habitacionais acaba por apropriar-se das paisagens naturais, privando a maior parte da cidade, à escala do homem, do contato visual com seus cursos d'água, o que há pouco mais de um século era o grande mote pitoresco de literaturas locais e estrangeiras.



Figura 3 – Praia de Boa Viagem *



Figura 4 – Bairros das Graças e Madalena*



Figura 5 – Vista do bairro de Boa Viagem: praia, edifícios, favela e *shopping center**

Fonte: * <http://www.fotolog.net/recife>

Por outro lado, vêem-se nos arrabaldes as abandonadas residências que hoje tornaram-se bares, mini-mercados, centros de culto religioso, casas lotéricas, salões de beleza, serviços voltados a um público local e de baixa renda.

Esta ocupação tanto comercial como de serviços acaba assumindo um aspecto fragmentado, espalhando-se pelos bairros suburbanos sem um critério logístico geral determinado – basta que a antiga ‘casa com quintal’ esteja numa ‘rua movimentada’ e o empreendimento prosperará. Neste bárbaro modo de ocupação, o quintal-pomar transforma-se num depósito coberto e o jardim de boas-vindas, quando há, é concretado para dar lugar a algum tipo de estacionamento.

Este é o prosaico progresso suburbano, com ruas asfaltadas por onde perambulam contorcidos os ônibus, por onde prostram-se orgulhosos com suas fachadas multicoloridas os novos comerciantes populares, mas por onde ainda circulam carrinhos de mão vendendo frutas, veículos em baixa velocidade vendendo com seus alto-falantes botijões de gás, sorvete e ovos, enfim, uma agitada vida pública hoje menos sombreada pelo verde, porém ainda sustentada pelas informalidades do essencial contato humano e pelo cheiro de terra molhada quando cai a chuva.



Figura 6 – Vista do bairro de Boa Viagem em 1950 e em 2004, respectivamente *

Fonte: * <http://www.fotolog.net/recife>

Quanto ao centro urbano, este tem sido fortemente penalizado ao longo dos anos. Outrora congregador das principais atividades econômicas e de áreas residenciais dos de alta renda, hoje conforma-se com o contínuo abandono das atividades de prestígio dos setores comerciais e de serviços (Lacerda, Zancheti e Diniz, 1998).

3. A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

3.1. Se essa praça fosse minha: a 'privatização' do espaço público

Esta espécie de contato social, herdada de uma secular tradição mascate local e outrora comum em toda a cidade, é abandonada por este novo sistema de torres de habitação e conseqüentemente pelos bairros enredadores deste sistema. As relações de vizinhança resumem-se a eventuais encontros encerrados num elevador, na garagem, nas reuniões administrativas do condomínio. As relações de comércio e serviço repugnam o 'vendedor-à-porta' e resumem-se cada vez mais à procura focada e acomodada por serviços de *delivery* e centros comerciais. Mais uma vez retoma-se o discurso do medo como ditador de percursos urbanos cada vez mais resumidos, como uma aversão à perambulação pública.

As praças destes bairros tornam-se cada vez mais desertas e resumidas a um micro-bosque para contemplação remota pelos moradores vizinhos, como é o caso da minúscula Praça Fleming, no bairro da Jaqueira, que se resume a um ermo lote arborizado com uma guarita da polícia militar ao centro. A poucos metros dali, o Parque da Jaqueira, tradicional parque público da cidade, ainda permite-se ser experimentado por cidadãos de todas as classes, entretanto o processo de gentrificação que toma aquele bairro acaba tomando o parque com rotinas típicas das classes mais elevadas (Smith, 1996), geralmente associadas a atividades físicas, como caminhadas usualmente acompanhadas de animais de estimação, passeios ciclísticos, *jogging*. Outros parques, como o Treze de Maio, no bairro da Boa Vista, e o Parque de Santana, no bairro de Santana,

tornaram-se parques marginais, ora pelo primeiro estar próximo ao centro urbano (terminais de ônibus, escolas públicas, órgãos públicos, residências de classes média-baixa e baixa), ora pelo segundo estar afastado das artérias principais de transporte dos bairros de elite que por ali se enredam. Tornam-se, por sua vez, os parques daquelas classes menos abastadas, cujas rotinas de ocupação de parques estão mais associadas à ociosidade, como jogos de tabuleiro, repouso e sesta sobre os bancos, círculos de conversas informais, paisagem para refeições. Por serem livres, estão igualmente suscetíveis ao vandalismo e à prática atos criminosos e libidinosos. Os parques não são autônomos. À medida que o entorno assimila padrões uniformes de usuários, o uso do espaço público torna-se mais exclusivo a eles. Portanto, o alto adensamento habitacional do entorno dos espaços públicos, neste caso representado pelos altos edifícios, concorre simultaneamente para um processo de gentrificação do patrimônio público.

É fato que a elite que consome parques é organizada: estabelece associações de 'amigos do parque', promove eventos que visam valorizar o patrimônio público, em suma, ações voltadas à sustentabilidade física dos parques, mesmo se organizadas por e para um grupo social reduzido e privilegiado. Dentro deste modelo de expansão e concentração sócio-habitacional, conclui-se, os espaços públicos imediatos acabam saturados e resumidos a um consumo local.

Comumente associa-se o discurso dos espaços públicos ao discurso dos espaços verdes, sabendo-se que em Recife é comum que praças e parques sejam fartamente arborizados – de um total de 219 praças, 34% têm uma cobertura vegetal que varia, no mínimo, entre 25% a 50% da área da praça (Sá Carneiro e Mesquita, 2000). Torna-se publicamente aceitável, portanto, utilizar-se de argumentos ecológicos para justificar (ou disfarçar) problemas de caráter urbanístico. Nesta situação, os construtores do mercado imobiliário exaltam que na tipologia vertical está a grande solução para resgatar espaços verdes pela cidade: o porte alto e estreito dos volumes construídos resultaria numa projeção que ocupa pouco mais de 10% do lote (Diário de Pernambuco, 2003), o que permitiria à área restante ser ocupada por vegetação. Mas, na prática, dos 90% restantes, grande parte é destinada à construção de equipamentos de lazer, como piscinas, quadras de futebol e tênis, e especialmente áreas de estacionamento. A **figura 7a** ilustra como o volume destinado às áreas de estacionamento predomina sobre o lote, em comparação com a projeção do volume habitacional.

4. LUCROS E DIVIDENDOS: CONCLUSÕES

Esta cada vez mais estabelecida cultura do simulacro privado, representada nas micro-praças, nas micro-salas de ginástica, nos micro-playgrounds, nos micro-salões de jogos e festas, nos carros climatizados, nas redes internas de vigilância, sugere uma reserva de capital de manutenção que há algumas décadas seria considerada extravagância. Num sistema ótimo de administração pública, este excedente de capital oriundo das classes altas e em ascensão representaria um *superavit* nas contas públicas suficiente para a manutenção dos parques, praças, do policiamento, da iluminação, da limpeza, de serviços de aperfeiçoamento da infra-estrutura pública.

A origem de todo este presente quadro sócio-econômico está no próprio sistema de verticalização dos edifícios habitacionais, que tem acarretado num processo de valorização e desvalorização da terra urbana e do estoque de edificações para gerar novas centralidades (Lacerda, Zancheti e Diniz, 1998). Resta-nos questionar, portanto, quem usufrui o bônus dessa valorização e quem arca com o ônus da desvalorização.

Os empreendedores imobiliários buscam lucratividade: todo o potencial construtivo permitido pela lei deve ser aproveitado, elevando-se ao máximo o número de unidades habitacionais por empreendimento, o que reduz proporcionalmente o custo de produção. Essa redução de custo de produção unitário deve-se ao domínio de eficientes tecnologias de construção e de otimizados processos de produção, o que eleva as principais empresas construtoras do Recife ao patamar das mais bem sucedidas no país. Este enorme e oculto mecanismo de acúmulo de capital é encoberto por um discurso mais social, a geração de empregos, inserindo no mercado produtivo uma mão-de-obra menos qualificada, com investimento mínimo em formação. O setor da construção civil é que mais emprega mão-de-obra em todo o Brasil – num país com baixos índices de qualificação profissional e escolaridade, esta indústria da construção gera efeitos sociais sensíveis.

À medida que acumula-se capital, por um lado investe-se em novas tecnologias e aperfeiçoamento de processos, enquanto por outro lado investe-se em novos empreendimentos imobiliários. Tal acúmulo ainda permite amortizar de forma mais convidativa os planos de financiamento para o usuário final, o que consolida uma durável reserva de clientela.

Essa clientela, que já vem de algumas décadas, vai naturalmente construindo uma nova cultura do viver, conformando novos símbolos e atribuindo novos valores ao que é privado e ao que é público. Já há as gerações nascidas nas torres, cuja infância é alimentada pela privilegiada visão de Dédalos, daquele elevado e perene olhar dos deuses, que tudo vê e nada toca. São crianças cada vez mais domésticas e alienadas da realidade exterior, resumindo suas rotinas e retinas às telas do computador e da televisão, construindo as bases de seu caráter social através dos modelos que a mídia fornece. Personagens como o porteiro, o zelador e até mesmo a empregada doméstica funcionam como mediadores sociais, por conhecerem os trejeitos e rotinas dos mais

variados vizinhos. Além disso, são indivíduos que geralmente não habitam o edifício, representando uma confiável fonte de contato com o mundo público 'terreno'.

Visitantes são controlados, inquiridos, submetidos a uma regra de segurança estabelecida pelo condomínio que também regula festas, uso de equipamentos condominiais, animais de estimação. A vida privada é submetida à avaliação de uma coletividade onde o indivíduo relaciona-se por conveniência da convivência, onde os laços afetivos desatam-se diante de uma burocratização do viver coletivo.

Enquanto o subúrbio ainda goza de relações humanas mais amenas e informais, arca com as conseqüências da desvalorização de suas terras. À medida que os lotes perdem valor, tornam-se mais propensos à invasão de grupos desafortunados fundiários, transformando-se em guetos da marginalidade e, conseqüentemente, de criminalidade. Eventualmente esses reivindicadores de terra para morar são deslocados para outras áreas, também suburbanas, onde poderão, com o apoio do governo, construir casas mais sólidas e mais dignas – o que antes era erguido com tábuas, papelões, placas de zinco e assentado sobre a terra batida. É interessante notar que o governo colabora tão somente com os materiais de construção e com o terreno, pois essas moradias serão construídas pelas mãos dos próprios moradores em mutirão, já que boa parte deles é formada pela mão-de-obra da indústria da construção civil.

4.1. Recife futura: uma Pompéia de concreto?

Sob uma ótica política, este conflito entre classes não é um assunto novo. Entretanto, todo este cenário sócio-político-cultural não é construído apenas no campo das palavras, e sim de uma maneira bastante sólida.

Não se trata de uma mera questão de gosto entre tipologias verticais e horizontais. A cidade é antes de tudo estabelecida sobre um organismo complexo de recursos naturais que precisa ser consumido com moderação. O problema da concentração urbana ajudou o Brasil a aumentar o consumo de água em seis vezes nos últimos 100 anos, enquanto a população aumentou em três vezes. Um levantamento realizado no Recife mostra que, enquanto os moradores de locais onde não há poços artesianos consomem 250 litros de água diariamente, os que utilizam poços chegam a gastar 800 litros (Jornal da Ciência, 2003). Um edifício de 35 andares com poço artesiano abriga uma média de 300 habitantes e acarreta um consumo de cerca de 240 000 litros de água por dia. O que será das reservas aquíferas naturais recifenses daqui a um século?

Outro ponto de elevada importância é o próprio edifício como evento tectônico e sua vida útil. Grandes edifícios construídos há apenas 50 anos, executados com as mais avançadas tecnologias, hoje já apresentam, em alguns casos, risco de falência – como o Edifício Pirapama, no bairro da Boa Vista (Almeida, Loureiro e Amorim, 2004). Mas estes ainda representam uma ínfima minoria em relação ao enorme atual acervo de torres habitacionais que Recife exhibe. A grande questão é: até quando estas gigantes e perenes torres serão seguramente habitáveis? Quem será

responsável, pelo menos daqui a uma centena de anos, pela manutenção destes edifícios, salvo que não se pode garantir essa mesma longevidade para as empresas construtoras?

Observar as diferentes manifestações do comportamento humano diante das suas formas de habitar é um exercício que em sua essência admite que a cidade torne-se um grande laboratório. Entretanto, numa situação atual global de extrema lucidez sobre as conseqüências de nossos atos e de engajados esforços para o estabelecimento de condições naturais mínimas para o bem-estar de nossas futuras gerações, é inadmissível fechar os olhos a tal imprudência.

Sempre haverá uma forma da elite representar seus valores e ocupar-se deles. Julgou-se por um tempo que as mansões – localmente representadas por fazendas, chácaras, grandes casas dos arrabaldes – representariam de maneira digna o morar dos poderosos. Fitava-se o esplendor do céu e almejava-se-o. Hoje, as alturas alimentam o ego dos emergentes e consolidam-se por meio de magníficas torres que miram o infindo horizonte. Amanhã, talvez quando os símbolos de poder e prestígio regressarem à soberania terrena, os homens quererão olhar de novo os céus, mas desta vez serão retribuídos pelo funesto olhar de descomunais ruínas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

1. ALMEIDA, Fernando A. D. S., LOUREIRO, Claudia e AMORIM, Luiz M. D. E. **Conservação de edificações recentes: aplicação de tecnologia de baixo impacto na reciclagem de edifícios para fins habitacionais**. Recife. 2004. (Projeto de pesquisa)
2. JORNAL DA CIÊNCIA. **Qualidade de vida só com água boa**. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=11308>>. Acesso em: 25/05/04 2004.
3. C.T.T.U. **A municipalização do trânsito do Recife - um diagnóstico**. 2004. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/cttu/municipalizacao_transito.php>. Acesso em: 30/04/2004 2004.
4. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Boletim Estatístico 1951**. Recife: D.E.E., 1951.
5. DOVEY, Kim. **Framing places: mediating power in the built form**. London: Routledge, 1991.
6. ELLIN, Nan. (Ed.). **Architecture of fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997
7. FOTOLOG.NET. **Recife**. 2004. Disponível em: <<http://www.fotolog.net/recife>>. Acesso em: 15/05/04 2004.

8. IBGE.COM.BR. **Censo demográfico 2000**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 29/04/04 2004.
9. LACERDA, Norma, ZANCHETI, Sílvio M. e DINIZ, Fernando. **Planejamento metropolitano no Brasil: uma proposta de conservação urbana e territorial**. 1998. Recife.
10. MAIOR, Mário S. e SILVA, Leonardo D. **O Recife: quatro séculos de paisagem**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992. 300 p. (Descobrimientos).
11. MARQUES, Sônia e LOUREIRO, Claudia. **Recriando uma antiga moradia: morar novo, cenário antigo?** In: VIII Encontro Nacional da ANPUR - 8º ENA. 1999. Porto Alegre, RS: PROPUR/UFRGS.
12. MOURADUBEUX.COM.BR. **Portfolio**. 2004. Disponível em: <<http://www.mouradubeux.com.br/portfolio/index.php>>. Acesso em: 10/05/04 2004.
13. MUMFORD, Lewis. **The city in history**. New York: MJF Books, 1989. 660 p.
14. NASCIMENTO, Cristiano B. D., LOUREIRO, Claudia e AMORIM, Luiz M. D. E. **"Um tesouro para toda a vida... logo ali": de como o sonho de morar é construído**. In: NUTAU 2002. 2002. São Paulo.
15. DIARIO DE PERNAMBUCO. **Ademi lança campanha**. v.2004, n.30/04/2004. 2003.
16. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei de uso e ocupação do solo**. 2004. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/solocapitulo_iv__da_ocupa_o_do_solo.html>. Acesso em: 05/05/04 2004.
17. SÁ CARNEIRO, Ana Rita e MESQUITA, Liana. **O papel dos espaços livres no resgate da qualidade ambiental do Recife**. In: IX Congresso Iberoamericano de Urbanismo. 2000.
18. SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. London: Routledge, 1996.